

PROLIFERAÇÃO DAS FAVELAS EM ÁREAS PROTEGIDAS LEVA A DESASTRES AMBIENTAIS

Texto final de Liana John / AE

Reportagem de: Chico Otavio, Liana John, Silvio Burle, Teresa Furtado, Zuleide de Barros / AE

Fotos Cor e P&B de Carlos Ruggi, Alberto Marques, Josenildo Tenorio / AE

Em nenhum outro lugar do Brasil, como nas favelas urbanas, a relação entre destruição ambiental e miséria é mais estreita. Por uma longa lista de motivos - que vão do empobrecimento geral do país e das constantes migrações internas à absoluta falta de consciência e visão de futuro - as famílias de baixa renda quase sempre se instalam irregularmente nas áreas definidas pela legislação como de proteção permanente. São encostas de morros com inclinações superiores a 30 graus, mananciais, várzeas inundáveis de rios, estuários, mangues e remanescentes de florestas litorâneas (Mata Atlântica e restingas).

Estas áreas foram definidas como de proteção permanente por leis federais, estaduais e municipais e não comportam construções de nenhum tipo. Tais leis não nasceram do acaso ou da vontade política de marginalizar a população de baixa renda. Elas existem porque as áreas de proteção permanente abrigam recursos e ecossistemas fundamentais para o abastecimento da própria população (mananciais e mangues) ou porque são áreas naturalmente perigosas, onde deslizamentos e inundações são a regra e não a exceção (encostas, várzeas, estuários e florestas litorâneas).

Ocorre que, por serem patrimônio público, sem fiscais, sem recursos para manejo e sem limites físicos muito definidos, as áreas de proteção permanente são vistas pelos migrantes e sem-terras como áreas preferenciais para invasões e instalação de barracos. Afinal, estas áreas não tem "dono", nem cercas, não têm ninguém que responde diretamente por elas e, em boa parte dos casos, ficam convenientemente próximas dos locais de trabalho, o que alivia o peso do transporte no parco orçamento familiar dos favelados.

Uma vez instalada a favela, dificilmente se remove a população. A desculpa mais comum nas prefeituras é a de que "não há verbas para remanejamentos": os terrenos que as prefeituras podem oferecer para construção de casas populares geralmente são distantes dos centros de trabalho e não existem recursos para a urbanização mínima, ou seja, não são dotados de água, esgoto, luz elétrica, nem servidos por linhas de ônibus. As favelas também não tem nada disso, mas as áreas de proteção oferecem recursos e vantagens aproveitados de forma caótica e irracional pelos favelados.

Em geral, as famílias tiram água diretamente dos rios e dos mangues e devolvem esgoto e lixo também direto para a natureza, muitas vezes prejudicando o abastecimento de todo o resto da população. Em Curitiba, por exemplo, cerca de 246 mil pessoas instaladas irregularmente na zona de mananciais contaminam a água para o abastecimento de 3 milhões de habitantes. No Recife, a prefeitura estima que cerca de 800 mil pessoas, ou 60% dos habitantes da cidade, vivem em 500 favelas de palafitas sobre os mangues ou alagados, de onde retiram água e alimento, apresentando alto índice de doenças infecciosas e parasitárias.

Nas áreas de proteção centrais - como os morros do Rio de Janeiro e as marginais de rios em São Paulo - também fica mais fácil "puxar" eletricidade, através de fios clandestinos ligados à rede elétrica, o que coloca em risco a vida dos próprios favelados, com frequentes incêndios. Em alguns pontos, como na Bahia, as ligações clandestinas passam por baixo das linhas férreas, o que ocasionou um acidente com descarrilamento de trem, seguido de incêndio, que matou 99 pessoas no ano passado.

"Algumas vezes falta vontade política de interromper esse fluxo", critica a arquiteta Ragindra Kaor Singh, consultora do Programa de Saneamento Ambiental (Prosan), que o governo do Paraná está tentando estabelecer com financiamento do Banco Mundial. "Nos períodos eleitorais a rede de água é estendida para qualquer lugar, sem nenhum critério", diz. Depois da água vem as linhas de ônibus e a instalação de energia elétrica, mas nunca a rede de esgoto. Uma vez "urbanizadas" torna-se impossível transferir as favelas sem causar comições sociais.

"Nos anos eleitorais sempre se constata uma verdadeira explosão das favelas", confirma Luiz Antonio dos Santos, presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Condema, em Santos, São Paulo. Segundo ele, tanto os candidatos incentivam a população carente a invadir áreas de proteção. No Rio de Janeiro, ganhar o voto dos favelados pode significar a diferença entre a vitória e a derrota nas eleições, como se comprovou no pleito que elegeu o governador Leonel Brizola. Por isso, favelas famosas, como a Rocinha, começam a virar "bairros". A prefeitura carioca já está criando legislações específicas para cada favela. A própria Rocinha terá um código especial de ordenamento do solo, formulado por técnicos da prefeitura em conjunto com associações de moradores. "A idéia é não mexer com quem já ocupou e não deixar mais gente entrar", explica Márcia Coutinho, da diretoria de projetos do Instituto de Planejamento do Município, Iplan-Rio. Enquanto o instituto discute idéias, brotam favelas da noite para o dia, como a Vila Verde, instalada numa floresta da estrada da Gávea, por ex-moradores da vizinha Rocinha, fugindo dos altos aluguéis.

"Ninguém vai morar no mangue ou na beira dos rios porque quer", argumenta Gênova Maria da Silva, que faz parte da Coordenação Nacional do Movimento de Defesa dos Favelados, no Recife, em Pernambuco. "Está na moda defender a ecologia, há um exagero na avaliação da questão ambiental, que atrasa os programas para urbanizar as ZEIS", completa. ZEIS são Zonas Especiais de Interesse Social, áreas onde há grande

número de favelados e prioridade para urbanização. Hoje, existem 36 ZEIS no Recife, mas apenas 4 estão com projetos de urbanização em andamento.

Ao separar a proteção ambiental da proteção à qualidade de vida, Gênova da Silva não reflete apenas o pensamento da maioria dos favelados, mas também o de muitos políticos e administradores brasileiros, incapazes de juntar causa e consequência nos casos de invasão de áreas de proteção permanente. Para eles, a defesa de uma área de proteção é um luxo e não uma maneira de evitar riscos de desabamento, inundação e contaminação. Eles não conseguem ver que a solução improvisada da emergência de hoje (conseguir moradia rápida e barata), leva a emergências piores amanhã (desabrigados e mortos). Isso no caso da ocupação de encostas e áreas inundáveis, onde o risco de vida é evidente. O que dizer, então, da ocupação de mananciais, mangues e florestas, onde as invasões de hoje estão associadas "apenas" à futura contaminação das águas, à proliferação de doenças infecciosas, ao assoreamento das nascentes, à redução das áreas de reprodução de peixes e crustáceos (mangues) ?

"Os pobres destroem 10% e os ricos 90% dos manguezais da Barra da Tijuca", argumenta Marilu Figueiredo, diretora jurídica da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro, Faferj. A entidade está preparando um dossiê para levar à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco-92, mostrando que as famílias de baixa renda não são as únicas responsáveis pelos desmatamentos na cidade. O que é essencialmente verdade, haja visto o número de multas e embargos de condomínios de luxo sobre trechos de Mata Atlântica, matas de restinga e mangues, não só na Barra da Tijuca como em todo o litoral brasileiro. Mas dividir a culpa com os ricos não resolve a questão.

A condescendência com a pobreza, em prejuízo das áreas protegidas, levou a cidade do Rio de Janeiro a ter 240 pontos críticos de risco, todos situados em áreas de proteção permanente, conforme levantamento do Iplan-Rio. São áreas onde a população terá de ser removida de qualquer maneira. A mesma condescendência tem feito grande número de desabrigados, como os 25 mil favelados, vítimas das inundações no Recife, no ano passado, ou os 300 mortos e 22 mil desabrigados, vítimas de desabamentos nas favelas do Rio de Janeiro, em 1988, ou os 9 mortos e 900 desabrigados também do Rio, em 1989, ou ainda ou 12 mortos e dezenas de desabrigados dos bairros cota de Cubatão, em 1988.

Algumas prefeituras tem tentado implantar programas de convivência com a emergência, onde quer que a legislação se mostre insuficiente para prevenir a ocupação das áreas de proteção. Existe até mesmo um grupo de geólogos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT, especializado no diagnóstico dessas áreas de risco e na assessoria técnica em obras de estabilização. É o Agrupamento de Geologia Aplicada ao Meio Ambiente, que desde 1983 vem trabalhando na prevenção de deslizamentos em encostas ocupadas por favelas, em diversos estados brasileiros.

"Quero deixar bem claro que o IPT não defende a ocupação de encostas, mas diante dos fatos criados, procuramos dar condições mínimas para a população conviver com

situações de risco em relativa segurança", explica o geólogo Leandro Cerri. O trabalho deles começou nos bairros cota de Cubatão, às margens da rodovia Anchieta, na Baixada Santista, São Paulo. Ali, existem cerca de 2 mil moradias praticamente "penduradas" em encostas muito escarpadas, onde moram trabalhadores do pólo industrial de Cubatão, internacionalmente conhecido como o Vale da Morte. As encostas são naturalmente sujeitas a deslizamentos porque tem uma camada pouco espessa de terra sobre a rocha, numa região onde as chuvas passam dos 1.500mm anuais. "Lá, adotamos um plano preventivo de defesa civil", explica Cerri. O plano consiste no monitoramento do índice de chuvas locais e das previsões meteorológicas. Sempre que as chuvas indicam perigo real de desabamentos são feitas vistorias de campo e, em caso de risco iminente, é feita a remoção temporária das famílias.

Esquemas semelhantes tem sido montados pelos técnicos do IPT para as prefeituras de diversas cidades, para as quais eles também repassam tecnologias de estabilização das encostas a baixo custo, desenvolvidas pelo próprio grupo. Tais tecnologias envolvem desde a drenagem das águas de superfície e sub superfície até a construção de muros de arrimo e obras de terraplanagem adequadas ao solo e às condições climáticas do país. Isso ajuda a evitar parte das tragédias que se repetem todos os anos, durante a estação chuvosa (entre dezembro e março), quando os barracos desabam junto com as encostas sobre os favelados. Mas é uma parte ainda pequena e só se aplica a favelas instaladas em encostas. Resta ainda sem solução a inundação das favelas nas margens dos rios, em estuários e mangues.

Em alguns casos, a solução é improvisada. "Estamos cercando as áreas de proteção para prevenir contra invasões, mas não dá para cercar a margem inteira de um rio", conta Claiton Roberto Garcia, diretor do departamento de parques e jardins de Campinas, no interior de São Paulo. O interior paulista é uma das áreas mais desenvolvidas do país e tem um número de favelas relativamente pequeno. Mas o caos econômico e o consequente empobrecimento generalizado estão conduzindo levas cada vez maiores de migrantes para essa região privilegiada.

A prefeitura de Campinas tenta remover as favelas para áreas urbanizadas, mas não vence o fluxo migratório. Conforme Garcia, "todos tem o direito de moradia, porém tem pessoas que invadem uma área, dão origem a uma nova favela, depois vendem o barraco pra outro e encontramos a mesma pessoa em outra invasão". A prefeitura tem cercado as áreas de proteção prioritárias. A cerca intimida os invasores e ajuda a conter o movimento de criação das favelas em área de proteção. Mas é um paliativo. "A solução seria a educação ambiental, um certo controle da migração, criar desenvolvimento no Nordeste e não deixar rolar", acredita Garcia.

Uma proposta por demais idealista para aqueles que não conseguem vincular a proteção ambiental à proteção à vida. Uma realidade distante do dia a dia de milhões de brasileiros que, como Maria da Conceição, favelada de Curitiba, só conseguem pensar na sobrevivência imediata: "a gente nem sabe se faz mal ou bem, só tenta não morrer".